

Programas de Desenvolvimento Económico em Moçambique: Entre Intenções Nobres e Resultados Questionáveis

1. Resumo Executivo

Moçambique tem lançado diversas iniciativas de apoio ao desenvolvimento económico - desde o Fundo dos 7 Milhões, FDEL, BNI/BDM, Fundo de Garantia do Mutuário, Fundo de Recuperação Económica (FRE), até programas estruturantes como a Estratégia da Economia Azul (EDEA), PREDIN, Infraestruturas e Corredores de Transporte e o Gabinete de Financiamento Climático (GFC).

Embora apresentem objetivos nobres - estimular investimento, gerar emprego, reduzir pobreza e revitalizar a economia - a realidade de um setor informal que absorve mais de 80% da força de trabalho questiona a sua efetividade e inclusividade.

2. O que estes programas têm em comum

Objetivos declarados semelhantes: promoção de emprego, inclusão social, dinamização do setor produtivo.

Alto custo de implementação, com forte dependência de fundos públicos e externos.

Carência de mecanismos robustos de monitoria e avaliação, o que dificulta aferir resultados concretos.

Mudanças de nomes e estruturas a cada ciclo político, sem alteração substancial na sua essência, criando percepção de continuidade da mesma lógica de gestão.

Exclusão sistemática do setor informal, que continua à margem de políticas de financiamento e apoio.

3. Análise Crítica

Apesar da relevância teórica, muitos destes programas transformam-se em instrumentos de legitimação política. Em vez de assegurar resultados estruturais, tornam-se ciclos de rebatismo institucional — fundos e programas mudam de nome, mas a essência permanece, garantindo novas injeções de financiamento e controlo de recursos pelas elites dirigentes.

O **Fundo de Garantia do Mutuário**, por exemplo, tem potencial para ampliar o acesso ao crédito, mas o seu alcance restrito ao setor formal exclui justamente quem mais precisa: os pequenos comerciantes e empreendedores informais. O mesmo ocorre com o FRE, cujo impacto dificilmente chegará às MPMEs informais que sustentam a economia doméstica.

Assim, a pergunta crítica é inevitável: Estamos perante instrumentos de desenvolvimento inclusivo ou meros mecanismos de captura de recursos e manutenção de privilégios?

Neste contexto, na perspectiva de trazer elementos que podem facilitar a resposta a esta pergunta, apresetamos abaixo, um quadro técnico dos riscos e oportunidades dos programas de desenvolvimento económico de Moçambique.

4. Quadro Técnico de Riscos e Oportunidades dos Programas de Desenvolvimento Económico em Moçambique.

Programas/Instrumentos	Oportunidades (Intenções e Potencial)	Riscos (Fragilidades e Críticas)
Fundo dos 7 Milhões	Estimular iniciativas económicas de base comunitária, criar emprego local.	Politização e má gestão; ausência de fiscalização; beneficiários escolhidos por critérios não técnicos.
FDEL	Apoiar pequenas e médias iniciativas económicas locais.	Fraca capacidade de monitoria; baixo impacto; risco de repetição dos erros do Fundo dos 7 Milhões.

Programas/Instrumentos	Oportunidades (Intenções e Potencial)	Riscos (Fragilidades e Críticas)
BNI / BDM	Financiar grandes projetos estruturantes; mobilizar recursos de longo prazo; catalisar parcerias público-privadas.	Mudanças de nome sem resolver falhas estruturais; risco de captura política; foco excessivo em grandes projetos sem impacto direto na população.
Fundo de Recuperação Económica (FRE)	Apoiar MPMEs com créditos bonificados; revitalizar economia doméstica.	Acesso restrito às empresas formalizadas; exclusão da maioria que opera na informalidade.
Fundo de Garantia do Mutuário	Reduzir riscos do crédito; ampliar acesso ao financiamento para empreendedores sem colaterais.	Pouca divulgação; burocracia; limitado ao setor formal; risco de beneficiar elites próximas do poder.
EDEA (Economia Azul)	Potenciar recursos marinhos e costeiros; promover turismo, pesca e economia circular.	Risco de exclusão das comunidades pesqueiras tradicionais; captura por grandes investidores; falta de integração local.
PREDIN	Reconstrução e inclusão socioeconómica no Norte; apoio a deslocados.	Fragilidades de coordenação; risco de politização na alocação de recursos; dependência do financiamento externo.
Corredores de Transporte e Infraestrutura	Melhorar logística; integrar Moçambique na	Projetos voltados ao comércio externo em detrimento da economia

Programas/Instrumentos	Oportunidades (Intenções e Potencial)	Riscos (Fragilidades e Críticas)
	economia regional; atrair investimento.	local; endividamento público; acesso desigual.
Gabinete de Financiamento Climático (GFC)	Mobilizar recursos internacionais para resiliência e energias renováveis.	Dependência de fundos externos; risco de projetos “verdes” apenas no papel; pouca ligação com a economia real.

5. Prioridade à Formalização da Economia Informal

A eficácia das iniciativas de desenvolvimento em Moçambique depende diretamente da formalização da economia informal. Formalizar os micro e pequenos empreendedores garante:

- (i) Beneficiários claros e rastreáveis: programas chegam a quem realmente precisa.
- (ii) Inclusão efetiva: reduz captura por elites e desigualdades de acesso.
- (iii) Incentivos concretos: acesso a crédito, seguros, formação e mercados regulamentados.
- (iv) Implementação eficiente de políticas estruturantes: infraestrutura, transporte e economia azul podem integrar empreendedores formalizados.

Além disso, a formalização:

- (v) Amplia o acesso ao crédito e reduz a exclusão financeira.
- (vi) Fortalece a base fiscal e a autonomia do Estado.
- (vii) Eleva produtividade e padrões de qualidade.

Sem atacar a informalidade, os programas permanecem limitados, perpetuando desigualdade, dependência e baixa eficiência econômica.

6. Recomendações Estratégicas, considerando a nova iniciativa do Banco de Desenvolvimento de Moçambique (BDM).

(i) Integração da Economia Informal

Destinar uma percentagem (mínimo 20%) dos recursos de cada fundo/programa a planos de formalização progressiva (ex.: bancarização simplificada, registo fiscal simplificado, capacitação digital e financeira).

Criar linhas de microcrédito assistido para comerciantes informais, com garantias parciais do Estado.

(ii) Transparência e Monitoria Independente

Estabelecer mecanismos de auditoria pública e relatórios de impacto anuais, acessíveis aos cidadãos.

Integrar universidades e sociedade civil na monitoria dos programas.

(iii) Reforço do Papel do BDM

O BDM deve ser mais do que um rebatismo do BNI: precisa de uma estratégia de desenvolvimento inclusivo, articulada com as MPMEs, setor informal e projetos comunitários.

Deve atuar como plataforma de coordenação entre fundos, evitando duplicação e dispersão de recursos.

7. Conclusão

Os programas de desenvolvimento económico em Moçambique são, no papel, importantes instrumentos de transformação. Contudo, se não forem acompanhados de governação transparente, inclusão do setor informal e foco na formalização, arriscam-se a ser apenas estruturas de redistribuição de recursos para elites políticas.

O Banco de Desenvolvimento de Moçambique surge, portanto, como a última oportunidade de romper este ciclo — desde que assuma um papel ativo em alinhar fundos, formalizar a economia e garantir que o desenvolvimento não seja apenas estatístico, mas real e vivido pela maioria dos cidadãos.

Referências

- Banco Mundial (2023). *Relatório Económico de Moçambique: Inclusão Produtiva e Desenvolvimento do Setor Privado*. Washington, D.C.
- Fundo Monetário Internacional – FMI (2024). *Mozambique: Country Report and Economic Outlook*. Washington, D.C.
- Instituto Nacional de Estatística – INE (2022). *Inquérito ao Setor Informal*. Maputo.
- Ministério da Economia e Finanças – MEF (2024). *Relatório Económico e Social do Governo (Balanço do PES)*. Maputo.
- Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas – MIMAIP (2024). *Estratégia de Desenvolvimento da Economia Azul (2024–2033)*. Maputo.
- Organização Internacional do Trabalho – OIT (2023). *Formalização da Economia Informal em África: Tendências, Desafios e Boas Práticas*. Genebra.
- Castel-Branco, C. N. (2018). *Economia de Moçambique: Crescimento, Transformação Estrutural e Crise*. IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- UNICEF & Banco Mundial (2022). *Northern Mozambique Recovery and Resilience Program (PREDIN): Framework and Challenges*.